



*Mulholland almoçou com Galvães e Pastore, no Ministério*

# Credor diz que recursos já vêm

O presidente do Banco de Montreal, Willian Mulholland, um dos maiores credores do Brasil, após longo almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, disse acreditar que o fluxo de empréstimos externos para o país deverá regularizar-se nas próximas semanas, tão logo o Fundo Monetário comunique formalmente aos bancos privados internacionais o recebimento da carta de intenção do governo brasileiro.

Na opinião de Mulholland, o Brasil está livre de ser considerado inadimplente. Ressaltou contudo que, apesar das negociações com o FMI e a comunidade financeira internacional estarem chegando a um bom termo, o Brasil terá que realizar um trabalho duro para implementar seu programa de ajuste econômico:

O Banco de Montreal, além de ser um dos maiores credores do Brasil e um dos 14 membros do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, é também o coordenador do subcomitê de economia, que esteve recentemente no Brasil, colhendo dados sobre a situação econômica e avaliando as necessidades de recursos externos do País neste e no próximo ano.

No entender do presidente do Banco de Montreal, a carta de intenção e o memorando técnico que a acompanha deverão ser implementados com flexibilidade, objetivando a sua adaptação "às mudanças da conjuntura econômica" para que o País não tenha a sua capacidade industrial destruída ou mesmo limitada acentuadamente. "É preciso não matar o paciente durante a operação", advertiu Mulholland com referência a receita de ajustamento econômico proposta pelo Fundo aos países em dificuldades. Segundo Mulholland, o cumprimento das metas acertadas entre o Brasil e o FMI devem ser implementadas de forma flexível com constantes revisões.

Segundo ele, os banqueiros internacionais estarão "sensíveis" às eventuais necessidades que o Brasil terá de rever periodicamente as suas metas acertadas com o Fundo, pois — destacou — é do interesse dos credores brasileiros que o País tenha condições de retomar seu ritmo de crescimento após o atual período de ajustamento.

Apesar de ressaltar que os bancos não interferem na formulação das políticas adotadas pelo País, Mulholland acentuou que no âmbito da renegociação da dívi-

da brasileira seria "preocupante" se a rejeição do Decreto-lei 2.045 que reajusta os salários a 80% do INPC inviabilizasse o acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário.

O presidente do Banco de Montreal não quis confirmar se o País iria obter no próximo ano da comunidade financeira internacional recursos entre US\$ 6 e US\$ 6,5 bilhões, como já havia sido divulgado, alegando que esta necessidade ainda não tinha sido quantificada. Segundo ele, há um ponto de divergência que está impedindo o acerto final destes números: ainda não foi definido se as reservas em ouro do Brasil serão classificadas como "monetária", que é interesse do Brasil, ou apenas como um produto primário.

Ao ser indagado da possibilidade de os juros serem incluídos na renegociação da dívida brasileira, Mulholland descartou que isso seja possível. Segundo ele, as taxas cobradas nos empréstimos, isto é, na aplicação, são consequência direta das taxas que os bancos têm que pagar na captação de recursos. Os spreads, portanto, disse ele, podem ser, definidos ao longo das negociações entre o Brasil e os credores.

Já ao final da entrevista, o presidente do Banco de Montreal revelou que as negociações do Brasil com a comunidade financeira internacional não serão mais feitas como anteriormente, antes de o Brasil enfrentar a atual crise de liquidez, pois muitos bancos, pequenos e médios, no decorrer das negociações deixaram de oferecer recursos ao País por temerem a sua incapacidade de cumprir com os seus compromissos.

Mulholland disse ainda que, além de conversar com o ministro Galvães sobre a evolução da economia brasileira frente ao programa de austeridade que o Brasil está cumprindo, veio participar ao ministro a criação de um conselho consultivo do Banco Montreal de Investimento, destinado a orientar e decidir sobre os investimentos da sua subsidiária no Brasil.

## CLUBE DE PARIS

Outro acerto, a renegociação com o Clube de Paris, deverá sair no começo de novembro. A revelação foi feita ontem pelo embaixador Botafogo Gonçalves, chefe da Assessoria Internacional da Seplan, que levou a proposta brasileira à instituição. O Clube também espera a ratificação do acordo com o FMI.